

CPI vai propor emendas à Carta

BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento vai pedir ao Legislativo e ao Ministério Público a abertura de processo contra parlamentares corruptos e também sugerir emendas à Constituição que permitam punir políticos envolvidos em irregularidades com a suspensão dos direitos políticos, mesmo que eles renunciem antes do anúncio da pena.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), afirmou que hoje não se pode impedir que um parlamentar, mesmo sob investigação, deixe o País no momento que quiser. Deputados e senadores têm direito a passaporte especial e ninguém pode impedi-los de ir ao Exterior, nem o Supremo Tribunal Federal, que, para processar um parlamentar, precisa de licença do Legislativo, que raramente concede a autorização.

Pelas sugestões de emenda constitucional do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), o parlamentar

corrupto terá os direitos políticos cassados mesmo que renuncie ao mandato. "Temos de evitar o golpe da renúncia", disse Passarinho. Hoje, a cassação impede o parlamentar de se candidatar por cinco anos a qualquer cargo. Para fugir a esta punição, há a possibilidade de renúncia. Acusado de desvio de verbas do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), em 1989, o então deputado Gustavo de Faria (RJ) renunciou antes da cassação e pôde disputar a eleição em 1990, pelo Prona. Mas não conseguiu se reeleger.

O ex-presidente Fernando Collor também usou a tática da renúncia para garantir seus direitos políticos. Momentos antes do início do julgamento do impeachment pelo Senado, em dezembro de 92, Collor renunciou ao cargo de presidente. O Senado decidiu suspender os direitos políticos dele por oito anos, mesmo assim. Agora, Collor tenta recuperar no Supremo o direito de se candidatar.